

[Handwritten signature]

1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

PARECER SOBRE A PROPOSTA n.º 802/2015

Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide e respetiva Minuta de Contrato

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 802/2015 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais deliberaram emitir Parecer Conjunto, nos termos seguintes:

I – CONSIDERANDOS

1. O Município de Lisboa dispõe de Atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, de tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

72
19
-

3. Na sequência da aprovação da candidatura ao QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, foi celebrado um Protocolo de Parceria Local, em 29 de Maio de 2009, tendo como objeto a definição dos termos de execução, gestão, controlo e programação do Programa de Ação “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana”, que contempla operações no domínio de “Programas integrados de requalificação e inserção de bairros críticos”, onde a situação social e económica ou a degradação urbana justifiquem uma intervenção especial, neste caso, relativo à estratégia integrada de requalificação do Bairro Padre Cruz;
4. De acordo com o Programa de Ação da Candidatura e com o referido Protocolo, a Câmara Municipal de Lisboa levou a cabo a construção de um campo de jogos informal, acrescido por iniciativa da CML de diversos equipamentos de promoção da boa forma física, adiante designados conjuntamente por “Instalações Desportivas”, que respeitam as normas da Carta da Atividade Física e do Desporto do Município de Lisboa;
5. Os trabalhos relativos à construção do equipamento desportivo em causa foram concluídos em data posterior à efetivação das transferências das competências e equipamentos para as freguesias no âmbito da Reorganização Administrativa de Lisboa prevista na Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro e na Deliberação n.º 6/AML/2014, publicada na Edição Especial n.º 1 do Boletim Municipal de 22 de Janeiro de 2014;
6. A Câmara Municipal de Lisboa pretende que seja realizada uma gestão dinâmica e eficiente deste equipamento, bem como que seja garantido o acompanhamento e fiscalização das condições de conservação, manutenção e segurança do mesmo;
7. A Junta de Freguesia de Carnide entende que se trata de um equipamento de proximidade que beneficiará a população local e cuja dinamização se revela da maior importância;
8. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinado que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
9. Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

12
5
7

10.A presente proposta de contratualização respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;

11.A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

12.Compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;

13.Para promoção desses objectivos, dever-se-á, também, fornecer toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;

14.No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Carnide e o Município contratualizar a delegação de competências para proceder gestão do Campo de Jogos Informal e equipamentos de aperfeiçoamento da forma física, sítos no Bairro Padre Cruz, freguesia de Carnide;

II – ANÁLISE da PROPOSTA

1. O Contrato inter-administrativo prevê, em conformidade com o disposto nos nºs 1, 2 e 5 do artigo 115.º, ex vi do artigo 122.º, ambos do Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias, os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, como expresso na Cláusula 5.ª da Minuta de Contrato.
2. A Proposta inclui a Minuta do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Carnide e prevê a afetação dos recursos financeiros necessários à execução do contrato, num valor total de € 13.000,00 (treze mil euros).

3. Da celebração do contrato em análise, decorrem as seguintes obrigações:

- i) A Junta de Freguesia promoverá a gestão e dinamização de um campo de jogos informal e equipamentos fitness;
- ii) A Junta de Freguesia promoverá as ações necessárias à manutenção/conservação ordinária, bem como à sua segurança e limpeza;
- iii) A Junta de Freguesia responsabilizar-se-á pela contratação do abastecimento de eletricidade e água, bem como pela contratação de seguro de responsabilidade civil para os acidentes ocorridos nas instalações desportivas;
- iv) A Junta de Freguesia apresentará um relatório mensal dos trabalhos desenvolvidos no âmbito desse Contrato inter-administrativo;

4. Note-se que a Proposta está devidamente instruída com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 122.º, ambos do Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12NOV, como definido na Recomendação n.º 1/54, aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal em 27JAN15 e que poderão ser encontrados no respectivo Processo de Consulta.

III – CONCLUSÕES

- 1. Reputa-se de particular importância a celebração dos presentes negócios jurídicos, assim como o facto de terem merecido a aprovação unânime das diferentes forças políticas representadas em sede de reunião de Câmara.
- 2. A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de Parecer.

3. Deverá ser clarificado na cláusula 9ª do contrato inter-administrativo qual a vigência exacta desse contrato, qual o ano do seu início e se no/s ano/s sucessivo/s a autorização de despesa pela Assembleia Municipal se processará por repartição de encargos ou por qual outro método.

IV – RECOMENDAÇÕES

- 1 Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa a remessa à Assembleia Municipal dos Relatórios Mensais especificado em ii) do n.º 3 do Capítulo II do presente Relatório.
- 2 Recomenda-se o incremento do número e âmbito destes Contratos inter-administrativos para a execução de obras e de outras operações de interesse para as populações locais, cuidando na sua distribuição equitativa pelas Freguesias de Lisboa.
- 3 Recomenda-se ainda que os documentos da Proposta como distribuídos aos Grupos Municipais sejam sempre os necessários e suficientes para a melhor apreciação dessa Proposta.

V – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de quaisquer outros elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

Assembleia Municipal de Lisboa, 22 de fevereiro de 2016

A Presidente da 1.ª Comissão



(Irene Lopes)

O Deputado-Relator



(João de Magalhães Pereira)

O Presidente da 5.ª Comissão

(Miguel Mora Coelho)

A Deputada-Relatora

(Sofia Oliveira Dias)